

deve ler-se :

«Artigo 76.º

Alteração à Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas)

O artigo 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

‘Artigo 46.º

Incidência de fiscalização prévia

- 1 —
- a) Todos os actos de que resulte o aumento da dívida pública fundada dos serviços e fundos do Estado e das Regiões Autónomas com autonomia administrativa e financeira, e das demais entidades referidas nas alíneas c) a e) do n.º 1 do artigo 2.º, bem como os actos que modifiquem as condições gerais de empréstimos visados;
- b)
- c)
- 2 —
- 3 —’»

Assembleia da República, 3 de Fevereiro de 2005. —
A Secretária-Geral, *Isabel Corte-Real*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto n.º 3/2005

de 14 de Fevereiro

No âmbito das boas relações existentes entre a República Portuguesa e a Ucrânia e tendo em conta o interesse de ambas as partes em prevenir o trabalho irregular de estrangeiros, considera-se primordial desenvolver a cooperação com vista a garantir uma boa aplicação das disposições internacionais sobre trabalho de estrangeiros.

Assim:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Ucrânia sobre Migração Temporária de Cidadãos Ucranianos para a Prestação de Trabalho na República Portuguesa, assinado em Kiev em 12 de Fevereiro de 2003, cujo texto na versão autenticada em língua portuguesa e ucraniana se publica em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Dezembro de 2004. — *Pedro Miguel de Santana Lopes* — *Álvaro Roque de Pinho Bissaya Barreto* — *António Victor Martins Monteiro* — *Daniel Viegas Sanches*.

Assinado em 20 de Janeiro de 2005.

Publique-se.

O Presidente da República, **JORGE SAMPAIO**.

Referendado em 26 de Janeiro de 2005.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Miguel de Santana Lopes*.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A UCRÂNIA SOBRE MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DE CIDADÃOS UCRANIANOS PARA A PRESTAÇÃO DE TRABALHO NA REPÚBLICA PORTUGUESA.

A República Portuguesa e a Ucrânia, adiante designadas como Partes:

Desejosas de ampliar e fortalecer as relações de amizade e cooperação entre ambos os países; Interessadas em estabelecer regras e princípios que facilitem a migração temporária para trabalho de cidadãos da Ucrânia para a República Portuguesa com vista ao exercício de actividades profissionais com carácter temporário;

acordam o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente Acordo aplica-se a cidadãos da Ucrânia que, mediante contratos de trabalho subordinado preestabelecidos e devidamente depositados no Ministério da Segurança Social e do Trabalho da República Portuguesa, se deslocam temporariamente a este país, por períodos limitados de tempo, para desenvolverem a sua actividade profissional como trabalhadores por conta de outrem.

Artigo 2.º

Articulação

1 — O Instituto de Emprego e Formação Profissional do Ministério da Segurança Social e do Trabalho da República Portuguesa (adiante designado «Instituto») e o Centro Estatal de Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e de Política Social da Ucrânia (adiante designado «Centro Estatal de Emprego») articulam-se directamente, no âmbito do presente Acordo, tendo em vista a troca de informações sobre as oportunidades de trabalho, os sectores de actividade em que as mesmas existem e as disponibilidades de mão-de-obra.

2 — O Instituto comunica semestralmente ao Centro Estatal de Emprego a informação sobre o número de trabalhadores da Ucrânia recrutados ao abrigo do presente Acordo.

3 — As Partes acordam em solicitar, se necessário, a colaboração da Organização Internacional para as Migrações na aplicação do presente Acordo.

Artigo 3.º

Recrutamento

1 — As entidades empregadoras portuguesas interessadas em contratar trabalhadores ucranianos, nos termos do presente Acordo, comunicarão o seu interesse ao Instituto mediante a apresentação de uma oferta de emprego e da respectiva proposta de contrato de trabalho subordinado.

2 — As ofertas de emprego devem conter, além das indicações previstas na legislação portuguesa aplicável:

- a) O perfil profissional dos postos de trabalho;
b) As qualificações profissionais exigidas aos trabalhadores;
c) A experiência profissional requerida;

- d) Os benefícios sociais a que os trabalhadores tenham direito;
- e) A responsabilidade pelo pagamento da viagem entre a Ucrânia e a República Portuguesa.

3 — Quando haja lugar à concessão de alojamento, o empregador deve ainda, nos termos legais, apresentar um termo de responsabilidade (obrigação por escrito), especificando o tipo, a localização e as condições em que é concedido.

4 — O Instituto, depois de obtido o parecer da Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério da Segurança Social e do Trabalho da República Portuguesa sobre as propostas de contrato de trabalho subordinado, envia-as, juntamente com as ofertas de emprego, ao oficial de ligação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras junto da Embaixada da República Portuguesa na Ucrânia (adiante designado «oficial de ligação»), que remeterá as ofertas de emprego ao Centro Estatal de Emprego.

5 — O Centro Estatal de Emprego organiza a selecção dos candidatos tendo em conta os requisitos referidos nas alíneas a), b), c) e e) do n.º 6 do presente artigo e envia os documentos correspondentes ao oficial de ligação.

6 — Os candidatos devem reunir os seguintes requisitos:

- a) Terem idade mínima de 18 anos;
- b) Possuírem o perfil profissional exigido para o trabalho a desempenhar;
- c) Não terem sido punidos pela prática de um ilícito criminal;
- d) Não estarem indicados na lista nacional nem na lista comum de pessoas não admissíveis do Sistema de Informações Schengen;
- e) Possuírem certificado médico emitido pelas autoridades de saúde da Ucrânia de que não têm contra-indicações para o desempenho do trabalho proposto pelo empregador.

Artigo 4.º

Organização do processo de recrutamento

1 — Após receber a comunicação referida no n.º 5 do artigo 3.º, o oficial de ligação organiza o processo de recrutamento, competindo-lhe, designadamente:

- a) Solicitar ao Instituto a confirmação, junto da entidade empregadora, do interesse na contratação dos trabalhadores bem como a data do início dos contratos de trabalho subordinado;
- b) Entrevistar os trabalhadores seleccionados;
- c) Emitir o parecer para a concessão dos vistos de trabalho;
- d) Promover a assinatura dos contratos de trabalho;
- e) Enviar a lista nominativa dos trabalhadores recrutados ao Centro Estatal de Emprego;
- f) Enviar um exemplar do contrato de trabalho ao Instituto, que, por sua vez, remeterá uma cópia do contrato de trabalho à Inspeção-Geral do Trabalho;
- g) Enviar ao Centro Estatal de Emprego a lista nominativa dos trabalhadores recrutados aos quais foi emitido um visto de trabalho.

2 — O trabalhador receberá um guia contendo informações gerais sobre as condições de vida e de trabalho na República Portuguesa.

Artigo 5.º

Condições de entrada

A Embaixada de Portugal na Ucrânia emitirá um visto de trabalho cuja validade corresponderá à da duração do contrato de trabalho, salvo se esta for superior a um ano. Neste caso, o período de validade do visto será de um ano.

Artigo 6.º

Condições da estada

1 — Os cidadãos da Ucrânia que emigrem para a República Portuguesa ao abrigo do presente Acordo ficam sujeitos à legislação portuguesa sobre a entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território da República Portuguesa.

2 — Os cidadãos da Ucrânia têm obrigação de se apresentar ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras da República Portuguesa no prazo de três dias úteis após a sua chegada ao local de trabalho em território português.

3 — Após a apresentação do cidadão da Ucrânia, a entidade empregadora deve promover o depósito do contrato de trabalho subordinado nos termos da lei.

4 — Os cidadãos da Ucrânia que desejem permanecer na República Portuguesa por um período superior ao permitido pelo visto de que são titulares podem requerer a prorrogação da permanência desde que se verifiquem os pressupostos legais para a respectiva concessão.

Artigo 7.º

Condições gerais de trabalho

1 — Os cidadãos da Ucrânia que emigrem para a República Portuguesa ao abrigo do presente Acordo usufruirão, em território português, das mesmas condições de remuneração e de trabalho em vigor para os trabalhadores portugueses, por força das disposições legais, dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, dos usos e costumes, bem como dos benefícios da segurança social estabelecidos pela legislação portuguesa.

2 — Gozarão, igualmente, dos mesmos direitos e da mesma protecção de que gozam os cidadãos da República Portuguesa no que concerne à aplicação das leis relativas à higiene e à segurança no trabalho.

3 — Os órgãos competentes da República Portuguesa assegurarão o cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

4 — Cabe à entidade empregadora assumir os encargos com a estada de cidadãos da Ucrânia no território da República Portuguesa e seu regresso à Ucrânia se, por razões imputáveis àquela entidade, o cidadão da Ucrânia não vier a ocupar o posto de trabalho para o qual foi contratado.

Artigo 8.º

Resolução de divergências

As Partes procurarão resolver quaisquer divergências sobre a interpretação ou aplicação do presente Acordo através da realização de consultas entre os serviços referidos no artigo 2.º

Artigo 9.º

Entrada em vigor e modificação do Acordo

1 — O presente Acordo entrará em vigor no 30.º dia após a data da última notificação em que uma das Partes informa a outra do cumprimento das formalidades exigidas pela respectiva ordem jurídica interna.

2 — O presente Acordo poderá ser alterado por mútuo consentimento por escrito das partes. As alterações entrarão em vigor de harmonia com os procedimentos consignados no n.º 1 deste artigo.

Artigo 10.º

Duração e termo do Acordo

1 — O presente Acordo é celebrado por um período de cinco anos, prorrogável automaticamente por períodos sucessivos de igual duração se nenhuma das Partes o denunciar.

2 — Cada uma das Partes pode denunciar o presente Acordo mediante notificação, por via diplomática, à outra Parte no prazo de 180 dias antes do termo do período de validade estabelecido. Neste caso, o presente Acordo deixará de vigorar no 180.º dia a contar da data daquela notificação.

3 — No caso de denúncia do presente Acordo, não serão afectados os direitos adquiridos durante a sua vigência.

Feito em Kiev, no dia 12 de Fevereiro de 2003, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e ucraniana, ambos os textos fazendo igualmente fé.

Pela República Portuguesa:

Pela Ucrânia:

У Г О Д А

між Португальською Республікою та Україною про тимчасову міграцію громадян України для роботи в Португальській Республіці

Португальська Республіка та Україна, далі "Сторони", бажаючи розширювати та зміцнювати дружні відносини та співробітництво між двома державами, маючи заінтересованість у встановленні правил та принципів, які могли б спростити трудову міграцію громадян України до Португальської Республіки з метою виконання трудової діяльності тимчасового характеру, домовилися про таке:

Стаття 1
Сфера застосування

Ця Угода застосовується до громадян України, які, маючи заздалегідь укладені трудові контракти та відповідним чином зареєстровані в Міністерстві соціального забезпечення та праці Португальської Республіки, в'їжджають тимчасово до цієї країни на обмежені періоди часу з метою здійснення професійної діяльності як працівники за наймом.

Стаття 2
Співробітництво

1. Інститут зайнятості та професійної підготовки Міністерства соціального забезпечення та праці Португальської Республіки (далі - "Інститут"), та Державний центр зайнятості Міністерства праці та соціальної політики України (далі - "Державний центр зайнятості") на пряму взаємодіють між собою в межах цієї Угоди, маючи на увазі обмін інформацією щодо вільних робочих місць, сфер діяльності, де вони існують, та наявності робочої сили.

2. Інститут з періодичністю один раз на семестр (6 місяців) надає Державному центру зайнятості інформацію щодо кількості працевлаштованих українських працівників в рамках цієї Угоди.

3. Сторони у разі необхідності співпрацюють із Міжнародною організацією міграції з питань, що стосуються цієї Угоди.

Стаття 3
Наймання

1. Португальські роботодавці, заінтересовані в найманні українських працівників у рамках цієї Угоди, повідомляють про свій інтерес Інститут шляхом подання пропозиції щодо роботи та відповідних проектів трудових контрактів для роботи за наймом.

2. Пропозиції щодо роботи повинні містити в собі, крім положень, передбачених португальським законодавством:

- а) професійний профіль робочих місць;
- б) необхідну професійну кваліфікацію працівників;
- в) необхідний професійний досвід;
- г) соціальні гарантії, на які матимуть право працівники;
- д) відповідальність за оплату вартості проїзду між Україною та Португальською Республікою.

3. У разі надання житла роботодавцем також повинен представити межі своєї відповідальності в установленому порядку (письмове зобов'язання), в якому визначаються тип, місце знаходження та умови надання житла.

4. Інститут після отримання згоди Генеральної інспекції праці Португальської Республіки щодо проектів трудових контрактів надсилає їх разом із пропозицією щодо роботи відповідальній особі від Служби іноземців та кордонів при Посольстві Португальської Республіки в Україні (далі - "відповідальний за зв'язок"), який передає пропозиції щодо роботи до Державного центру зайнятості.

5. Державний центр зайнятості організує відбір кандидатів, враховуючи вимоги, викладені в підпунктах а), б), в) і д) пункту 6 цієї статті і надсилає відповідні документи відповідальному за зв'язок.

6. Кандидати повинні відповідати таким вимогам:

- а) мати вік не менше ніж 18 років;
- б) мати професійну підготовку, необхідну для виконання роботи;
- в) не мати судимостей за скоєння кримінальних злочинів;
- г) не перебувати ні в національних, ні в загальних списках небажаних осіб Системи інформації Шенгенської зони.
- д) мати медичну довідку, видану закладами охорони здоров'я України про те, що кандидати не мають протипоказань для виконання роботи, запропонованої роботодавцем.

Стаття 4
Організація процесу наймання

1. Після отримання повідомлення, зазначеного в пункті 5 статті 3, відповідальний за зв'язок організує процес наймання, який включає:

- а) запит підтвердження від Інституту того, що заінтересоване підприємство бажає найняти працівника, а також дати початку трудовому контракту;
- б) співбесіду з відібраними працівниками;
- в) видачу відповідного дозволу на отримання робочої візи;
- г) підписання трудового контракту;
- д) надсилання до Державного центру зайнятості списку набраних працівників;
- е) надсилання до Інституту одного примірника трудового контракту, який, у свою чергу, передає копію отриманого трудового контракту до Генеральної інспекції праці;
- ж) надсилання до Державного центру зайнятості списку найнятих працівників, яким видано робочу візу.

2. Працівник одержуватиме довідник, що містить загальну інформацію щодо умов життя та праці в Португальській Республіці.

Стаття 5 Умови в'їзду

Посольство Португальської Республіки в Україні видаватиме працівникам робочу візу, термін дії якої відповідатиме строку дії трудового контракту, за винятком випадків, коли дія контрактів перевищуватиме один рік. В таких випадках робоча віза видаватиметься на один рік.

Стаття 6 Умови перебування

1. До громадян України, які мігрують до Португальської Республіки в рамках цієї Угоди, застосовується чинне португальське законодавство про в'їзд, перебування, виїзд та видворення іноземних громадян з території Португальської Республіки.

2. Громадяни України зобов'язані стати на облік у Службі іноземців та кордонів Португальської Республіки протягом трьох робочих днів після їхнього прибуття до місця роботи на португальській території.

3. Після постановки громадянина України на облік роботодавець повинен сприяти реєстрації трудового контракту відповідно до законодавства Португальської Республіки.

4. Громадяни України, які бажають знаходитись в Португальській Республіці більший період часу, ніж це передбачено їхньою візою, можуть подати клопотання щодо продовження терміну свого перебування, якщо буде визнано, що вони мають для цього законні підстави.

Стаття 7 Загальні умови праці

1. До громадян України, які мігрують до Португальської Республіки в рамках дії цієї Угоди, на території Португалії застосовуються такі самі умови винагородження та праці, якими користуються португальські громадяни, відповідно до положень законодавства, правил колективної праці, місцевих традицій і звичок, а також соціальні гарантії, передбачені португальським законодавством.

2. Вони також користуватимуться такими самими правами й захистом, який отримують громадяни Португальської Республіки згідно з чинним законодавством стосовно охорони здоров'я та безпеки праці.

3. Португальські органи влади слідкуватимуть, щоб положення, наведені у пунктах 1 та 2 цієї статті, виконувались.

4. Роботодавець зобов'язаний забезпечувати перебування громадянина України в Португальській Республіці та його повернення в Україну, якщо з його вини громадянин України не отримав робоче місце, на яке він мав трудовий контракт.

Стаття 8 Вирішення спорів

Сторони намагатимуться вирішувати будь-які спори щодо тлумачення або застосування цієї Угоди шляхом проведення консультацій між службами, зазначеними в статті 2.

Стаття 9 Набуття чинності та внесення змін до Угоди

1. Ця Угода набуває чинності на тридцятий день після отримання останнього повідомлення, яким одна із Сторін інформує іншу щодо виконання всіх необхідних внутрішньодержавних правових процедур.

2. До цієї Угоди за взаємною письмовою згодою Сторін можуть бути внесені зміни. Зміни набувають чинності відповідно до процедури, передбаченої у пункті 1 цієї статті.

Стаття 10 Терміни дії Угоди

1. Ця Угода укладається терміном на п'ять років і її дія автоматично продовжується на наступні такі самі періоди, якщо жодна зі Сторін не припинить її дію.

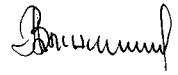
2. Кожна із Сторін може денонсувати цю Угоду, повідомивши дипломатичними каналами іншу Сторону за 180 днів до завершення встановленого терміну дії. В цьому випадку дія Угоди закінчиться на 180-й день після дати повідомлення.

3. У випадку денонсації цієї Угоди права, отримані в період її дії, залишаться в силі.

Вчинено в м. _____ "____" _____ 200_ року, в двох примірниках, українською та португальською мовами, при цьому обидва тексти є автентичними.

За Португальську Республіку

За Україну

Decreto n.º 4/2005 de 14 de Fevereiro

Considerando fundamental, para alcançar o desenvolvimento sustentável, o estabelecimento de uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as actividades económicas e o ambiente;

Considerando que a paisagem desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social e que constitui um recurso favorável à actividade económica, cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego;

Considerando que Portugal assinou em Florença, em 20 de Outubro de 2000, a Convenção Europeia da Paisagem:

Assim:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova a Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de Outubro de 2000, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas inglesa e francesa e respectiva tradução em língua portuguesa, se publica em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Dezembro de 2004. — *Pedro Miguel de Santana Lopes* — *António José de Castro Bagão Félix* — *António Victor Martins Monteiro* — *Luís José de Mello e Castro Guedes*.

Assinado em 20 de Janeiro de 2005.

Publique-se.

O Presidente da República, *JORGE SAMPAIO*.

Referendado em 26 de Janeiro de 2005.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Miguel de Santana Lopes*.

EUROPEAN LANDSCAPE CONVENTION

Preamble

The member States of the Council of Europe signatory hereto:

Considering that the aim of the Council of Europe is to achieve a greater unity between its members for the purpose of safeguarding and realising the ideals and principles which are their common heritage, and that this aim is pursued in particular through agreements in the economic and social fields;

Concerned to achieve sustainable development based on a balanced and harmonious relationship between social needs, economic activity and the environment;